

DESASTRE DE MARIANA: AS FUNÇÕES DO JORNALISMO AMBIENTAL NA COBERTURA DO JORNAL A SIRENE

Gabrieli Wagner¹

Cláudia Herte de Moraes²

Resumo

O artigo apresenta uma análise do jornal *A Sirene*, criado a partir do rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015. A partir do aporte metodológico da Análise de Conteúdo, analisaram-se três edições do jornal *A Sirene*, veiculadas no 1º, 2º e 3º anos após o desastre. Foram selecionados 35 textos, nos quais foi possível observar as temáticas; os autores; as fontes; o gênero jornalístico e as funções do Jornalismo Ambiental (JA), propostas por Bueno (2007): a política, a pedagógica e a informativa. A função mais representativa é a política, que corresponde aos direitos e reivindicações da população. Encontram-se evidências de um jornalismo voltado à representação social e preocupado com a cidadania. De modo geral, *A Sirene* valoriza os atingidos como fonte e possibilita que eles mesmos escrevam suas histórias, fortalecendo a luta dos moradores por direitos.

Palavras-chave: *A Sirene; Desastre de Mariana; Funções do Jornalismo Ambiental.*

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, em novembro de 2015, causou impacto tanto ambiental como social e teve uma grande repercussão, inclusive internacionalmente. Foi um crime ambiental que dizimou comunidades inteiras, findando com vidas, sonhos e conquistas. A mineração tem um histórico de desastres e descuidos em seu funcionamento e gerenciamento, e a Barragem de Fundão, em Mariana – Minas Gerais,

¹ Jornalista graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus Frederico Westphalen.

² Jornalista e doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora no Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM, campus Frederico Westphalen.

infelizmente foi mais um resultado dessa falta de leis de regulamentação e de responsabilidade social, que culminou em milhões de metros cúbicos de lama lançados sobre diversas cidades.

Desse rompimento, surge o jornal *A Sirene*, um jornal socialmente engajado, que busca dar visibilidade à voz dos atingidos pelo desastre de Mariana. Esse jornal foi criado para e pelos atingidos. São eles que produzem as matérias e que fazem os relatos, com o objetivo de informar, empoderar e contribuir com a construção da memória coletiva. O jornal *A Sirene* é um jornal alternativo, pois faz as notícias a partir de um ponto de vista subjetivo, buscando aproximar o leitor do escritor. É um meio de comunicação local e regional, pautado sob os preceitos da cidadania e preocupado com a transformação e a representação social. Para além disso, é um jornal criado diante um desastre ambiental e, por consequência, trata dessas questões de uma forma particular, pois traz os relatos de quem está sobrevivendo à tragédia.

O jornalismo ambiental se preocupa em falar das questões ambientais com um engajamento de responsabilidade ambiental que pouco se vê em outros meios de comunicação. Levando-se em conta as três funções do Jornalismo Ambiental, informativa, pedagógica e política (BUENO, 2007), coloca-se a questão da pesquisa, a saber: como o jornal *A Sirene* tratou as notícias sobre o rompimento da barragem de Mariana em seus aspectos informativos, pedagógicos e políticos?

MINERAÇÃO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS

A exploração de minérios no Brasil é uma prática antiga, vem crescendo desde que o país foi colonizado e, hoje, a mineração ainda é um dos pilares da economia brasileira. Isso é fruto, segundo Araújo e Fernandes (2016, p. 11), de “uma produção que acontece em 3.354 minas, a grande maioria a céu aberto, de pequeno porte e para uma ampla gama de minerais não metálicos, que produzem uma gama de 72 substâncias minerais” e do investimento de empresas transnacionais na exploração de minérios.

A prática desenfreada de exploração levará ao término da matéria-prima, o minério, pois ele não é infinito e nem renovável, e mais à frente é possível que essas mineradoras tenham que fechar as portas e a população e os poderes locais terão de lidar com os impactos ambientais, sociais e econômicos dessa exploração. Para tentar mudar essa situação, os autores afirmam que é preciso uma fiscalização e acompanhamento maior das atividades dessas empresas (ARAÚJO; FERNANDES, 2016).

Araújo e Fernandes (2016) expõem os conflitos socioambientais que afetam diversas populações. As mais atingidas pela atividade mineradora são compostas por indígenas e quilombolas, que perdem seus territórios e frequentemente entram em conflito com as empresas minerárias. A população ribeirinha, a rural e a urbana, onde a mineradora atua, também sofre influências desse processo de extração, seja direta ou indiretamente. Essa atividade também provoca imensos danos ao meio ambiente. Araújo, Olivieri e Fernandes (2014, p. 2) afirmam que “a mineração altera de forma substancial o meio físico, provocando desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo, além de comprometer a fauna e a flora”.

Há poucas leis e normas regulando a exploração minerária, e isso gera uma margem para essas empresas atuarem de forma livre, sem grandes preocupações com a população em torno das minas e nem com as consequências ambientais dessa atividade. O mais importante para as empresas é o lucro; como a população e a vegetação são afetadas têm pouca relevância para estas corporações. Portanto, fica claro que a atividade minerária causa diversos danos socioambientais, e que se torna difícil controlar e minimizar muitos desses impactos. É essencial que as empresas minerárias comecem a se preocupar com os impactos socioambientais que essa prática provoca, e que revejam seus métodos e formas de intervenção nesses locais, para que o que ocorreu em Mariana não se repita.

O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA

O rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão é considerado um dos maiores desastres deste tipo no mundo, segundo Lacaz *et al* (2016). A represa, que pertence à empresa Samarco S/A e é comandada pela Vale e pela BHP Billiton Brasil, rompeu-se no dia 5 de novembro de 2015, em Mariana, Minas Gerais. Ela continha rejeitos de minério de ferro e quando se rompeu inundou de lama, totalmente, Bento Rodrigues. O desastre deixou 19 mortos e muitas famílias desabrigadas, cerca de 1.200, sem contar o prejuízo ao meio ambiente com a morte de diversos animais aquáticos e terrestres e a poluição dos rios (SARAIVA; FERREIRA, 2018).

Entre os danos causados foram citados: mortes de trabalhadores; desalojamento de populações; destruição de estruturas públicas e privadas; interrupção no abastecimento de água; interrupção da pesca por tempo indeterminado; interrupção do turismo; mortalidade da biodiversidade e fauna terrestre; assoreamento de curso d'água; alterações dos padrões da qualidade de água

doce, salgada e salobra, sensação de perigo e desamparo da população entre outros fatores. A mensuração dos atingidos é impossibilitada em vista dos danos causados pelos rejeitos da lama, pela grande devastação provocada e pelo percurso corrido por ela (SARAIVA; FERREIRA, 2018, p. 76).

Foram 62 milhões de metros cúbicos de lama lançados pelo rompimento da barragem, que atingiram, além de Bento Rodrigues, regiões vizinhas, como Águas Claras, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Gesteira, Pedras, e as cidades de Barra Longa e Rio Doce (SARAIVA; FERREIRA, 2018). A lama percorreu cerca de 650 quilômetros até desembocar no Oceano Atlântico, no Espírito Santo.

Sem nenhum aviso e sem qualquer treinamento de evacuação, centenas de pessoas saíram de Bento Rodrigues desesperadas e sem rumo, apenas tentando se salvar da inevitável onda de lama que vinha se aproximando da comunidade. Assim foi ocorrendo com as comunidades que seriam atingidas após a passagem da lama por Bento Rodrigues, ninguém sabia a dimensão do rompimento, só se compreendia que era preciso se apressar para não morrer.

Diante de todo esse caos, a Samarco também entrou em colapso, pois não sabia como agir diante do rompimento, não possuindo qualquer plano de ação para controlar a situação. Uma barragem de rejeito de minério consiste em uma estrutura enorme e com alto poder de destruição. Portanto, é preciso que as mineradoras possuam um plano de contingência. A Samarco não possuía um, embora tenha solicitado que um empresa terceirizada fizesse um plano, do qual desistiu por achar um gasto desnecessário (DIEGUEZ, 2016).

A irresponsabilidade das empresas minerárias e a despreocupação com os impactos socioambientais que as suas práticas podem causar, demonstram como se apresenta a regulamentação e a fiscalização desse serviço no Brasil. Há um grande descaso que permeia a exploração minerária, como comprova o rompimento da barragem de Fundão.

O jornal *A Sirene* é um dos canais de denúncia dessas ações depredatórias e despreocupadas para com a população que convive com a mineração. Inclusive, por ser a região de Bento Rodrigues uma área de agricultura familiar e de pesca artesanal, após o rompimento, essas pessoas se encontram, além de desalojadas, sem uma fonte de renda.

O JORNAL *A SIRENE*

As pessoas que sofrem um trauma geralmente buscam caminhos para passar por esse problema, procurando um modo de seguir em frente. O jornal *A Sirene* consiste em uma alternativa para ajudar na superação da tragédia de Mariana – MG, como um meio de buscar justiça para os atingidos. O dia 5 de novembro de 2015 marcou para sempre a vida daqueles que perderam suas casas, seu sustento e suas lembranças. Foram diversas comunidades atingidas, porém Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo acabaram dizimadas, perderam-se tanto bens materiais como imateriais. A população atingida se constitui de comunidades urbanas, agricultores familiares até pescadores artesanais e povos indígenas.

O coletivo *Um minuto de sirene* foi formado poucos dias após o rompimento da barragem. Esse grupo é composto por jornalistas, educadores, historiadores, fotógrafos, alunos e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com o objetivo de desenvolver ações que forneceriam apoio às comunidades. Esse auxílio foi essencial para que essa população se entendesse como atingida e percebesse que não poderia ficar calada e parada diante às ações da Samarco/BHP Billiton.

Esse coletivo passou a organizar atos simbólicos todo dia 5 de cada mês, para relembrar a tragédia, promovendo discussões e debates. A ação do dia 5 de fevereiro de 2016 foi o lançamento do jornal *A Sirene*, que, em sua ideia inicial, trazida pela empresa *Nitro Imagens*, seria uma edição única. Porém, a partir da experiência da primeira publicação, a Arquidiocese de Mariana propôs a continuidade para o Ministério Público de Minas Gerais e para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para que isso ocorresse uma parte do dinheiro das doações foi destinada a este projeto e ele passou a fazer parte do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que possibilita gastos com atividades coletivas (FILGUEIRAS, 2017).

Dessa maneira, o jornal *A Sirene* é criado a partir de três grandes conceitos: educação, direito à comunicação e preservação da memória, com o objetivo de dar visibilidade aos vitimados pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração da Samarco. Portanto, todo dia 5 de cada mês é lançada uma nova edição do jornal, trazendo relatos dos atingidos, denúncias contra a Samarco e esclarecimentos para a comunidade. Sua primeira publicação foi em fevereiro de 2016 e desde então o jornal vem produzindo histórias subjetivas e cheias de sentimentos, que dão destaque às pessoas daquele local, reconhecendo o sofrimento e a luta de cada um.

O jornal conta com o apoio técnico da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com assessorias, movimentos sociais e coletivos para a sua produção. Ele apresenta 70 componentes, entre colaboradores e organizadores (A SIRENE, 2016).

Nosso primeiro público-alvo são os próprios moradores das comunidades atingidas, que têm o projeto como um espaço de fala, registro, denúncia, luta e de preservação das memórias. Desse modo, para nós, a matéria é sempre de autoria de quem conta – e viveu – a história, e também, de forma simbólica, de todo(a) atingido(a) que ajudou a construí-la (A SIRENE, 2016, s./p.).

O jornal impresso é distribuído somente para a população atingida, mas pode ser acessado online³. É comunitário e alternativo, além de possuir uma comunicação própria, simples e acessível para seus leitores. O jornal *A Sirene*, para além de informar, se tornou um modo de registrar a história, para que nunca mais seja esquecida (LOBATO, 2018).

O crime ambiental que ocorreu em Mariana não é um fato passível de esquecimento pela população atingida, pelo contrário, é algo que marcou e marcará para sempre a história dessas pessoas. Por conta disso, esse jornal é essencial para a população atingida, visto que a grande mídia está interessada em dar visibilidade às empresas que causaram o desastre e não aos atingidos.

JORNALISMO AMBIENTAL E SUAS FUNÇÕES

Segundo Bueno (2007, p. 35), o Jornalismo Ambiental, *a priori*, é o conteúdo descrito por um jornalista em determinados espaços, destinados ao meio ambiente, e que tem compromisso com a atualidade, e entende-o “como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações [...] comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. Esse é um campo multidisciplinar, pois precisa contemplar diversas áreas, como economia, saúde e ciência.

Para que o jornalismo ambiental seja eficaz e contribua com a sociedade é preciso que ele tenha em vista que sua missão não é só noticiar, mas sim melhorar a vida pública. É preciso encorajar a população a participar socialmente e discutir sobre esses assuntos, “ou seja, um jornalismo mais ativo na construção de um espaço público mais vibrante e na resolução dos problemas da comunidade” (DORNELLES, 2008: 128).

³ Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 05 Dez. 2020.

A reportagem ambiental, além de relatar um problema do meio ambiente, deve estar comprometida com a solução dessas adversidades, “a pauta deve estar contextualizada e referir-se às verdadeiras causas da degradação ambiental, que, muitas vezes, estão mascaradas pela ação manipuladora de interesses políticos e empresariais” (BUENO, 2009, p. 122). É importante ressaltar que os jornais de pequeno porte também devem se engajar para tratar sobre esses assuntos, pois fazem a diferença nesse meio (VILLAR, 1997).

Bueno (2009) define alguns atributos básicos para a realização de uma pauta ambiental, como ser verídica em seus fatos; não se basear em “achismos”; e ser desenvolvida a partir das vivências do repórter. A pauta deve estar aberta a novas contribuições e pontos de vista, e cooperar com soluções concretas, que enfatizem a importância de toda a sociedade para a resolução de problemas ambientais. É importante trazer o relato para a realidade mais próxima, e construir uma narrativa que possibilite uma educação ambiental a partir do jornalismo. Dornelles (2008, p. 122) destaca a importância de trazer relatos de fontes não especializadas, mas que vivem, viveram ou atuam diante da situação ambiental.

Para tanto, Bueno (2007) define as três funções básicas do jornalismo ambiental: a informativa, a pedagógica e a política. A função de informar tem como princípio manter o público atualizado sobre os principais temas ambientais, levando em conta o impacto que certas posturas, processos e modelos têm sobre o meio ambiente, e como consequência na qualidade de vida do sujeito. A função pedagógica tem como preceito elucidar as causas e soluções para os problemas ambientais, mostrando caminhos para que os empecilhos sejam superados. Já a função política, em linhas gerais, consiste na conscientização dos cidadãos de trazer à frente de seus interesses as questões de agravamento ambiental. Também, incorpora uma vigilância constante nas ações dos governantes, que não elaboram e não põem em prática políticas públicas para amenizar a degradação ambiental por motivo de interesses particulares.

Para cumprir com suas funções, o jornalismo ambiental, de acordo com Dornelles (2008), deve ser análogo do jornalismo cívico, isto é, dar mais visibilidade às fontes não especializadas, para que, assim, possam ser estabelecidos debates de relevância socioambiental. O saber ambiental não é monopolizado por instâncias especializadas, mas sim uma construção em conjunto com vários outros saberes, como as experiências e os conhecimentos tradicionais. O jornal *A Sirene* é um meio de denúncia dos impactos socioambientais, além de ser um canal de busca por soluções dos problemas causados pelo

crime da Samarco/BHP Billiton, onde a fala daqueles que foram atingidos é valorizada, sendo esses os preceitos do jornalismo ambiental.

METODOLOGIA

Visando analisar a temática proposta, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as teorias do jornalismo ambiental, o desastre de Mariana em Minas Gerais e a sua cobertura. Essa pesquisa bibliográfica foi feita “para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44). Foi, também, realizada uma coleta documental de dados do jornal *A Sirene*, que “se caracteriza pelo estudo de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico em relação a um determinado objeto de estudo” (CECHINEL *et al*, 2016, p. 6).

Para analisar os dados do jornal foi escolhida a Análise de Conteúdo, que, segundo Herscovitz (2008), na pesquisa jornalística, é usada para discernir e classificar gêneros e produtos jornalísticos. Isso possibilita analisar as características da produção, os elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias, bem como comparar diferentes conteúdos jornalísticos de diferentes plataformas. Também, propicia entender quem produz e quem recebe a informação, como funciona a lógica organizacional e quais os parâmetros culturais que permeiam esse veículo de comunicação. Esse tipo de análise incorpora características qualitativas e quantitativas, pois se volta para o conteúdo manifesto e o latente, para que se compreenda não só o significado aparente, mas o subentendido também, como o contexto em que ocorre, o meio de comunicação que produz e o público para o qual se dirige (HERSCOVITZ, 2008, p. 126).

O jornal *A Sirene* foi escolhido como objeto de estudo por trazer uma nova proposta de jornalismo, que busca ouvir e divulgar fontes geralmente esquecidas, além de retratar, por meio de seus textos, a real situação em que os atingidos de Mariana precisam viver, dia após dia. É um jornal local, regional e alternativo que, segundo Peruzzo (2009), visa à liberdade de expressão, a divulgação de conteúdo diferenciado e serve como dispositivo de conscientização, para possibilitar transformação social. É um jornal que traz para os leitores a subjetividade da vivência dos atingidos, e isso é possível, principalmente, porque a maioria das reportagens das edições analisadas deste jornal é assinada por atingidos, eles são as fontes e os autores.

São analisadas as reportagens ou notícias veiculadas⁴ no dia 5 de novembro – de um ano após o desastre, do segundo ano após o desastre e do terceiro ano após o desastre –, ou seja, dos anos 2016, 2017 e 2018. Isso permite uma visão progressiva e geral de como *A Sirene* se organiza em três anos sucessivos. Foram analisados 35 textos, observando o gênero jornalístico, as temáticas abordadas, as fontes e os autores, e todos estes aspectos em relação às funções do jornalismo ambiental. As funções – informativa, pedagógica e política – foram identificadas na seleção de frases. Para um entendimento mais coerente do tema dos textos, estes foram divididos em cinco categorias: fé, memórias, impactos, direitos e reconstrução. Também é feita a classificação do gênero jornalístico e da temática desses textos, além do levantamento de quem são as fontes e quem produz as notícias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A função informativa foi analisada a partir dos elementos clássicos da construção da notícia, indicados geralmente como *lide*⁵, que respondem às perguntas: o quê, quando, quem, onde, como e por quê. Porém, após essa coleta foi possível perceber que dificilmente esse *lide* vai estar bem estruturado, pois são reportagens feitas por atingidos e, muitas vezes, não seguem o padrão jornalístico do tipo informativo.

Para a seleção das frases da função pedagógica foram selecionados fragmentos dos textos a partir de contextos de explicações, indicações de ação pessoal para superação e resiliência, e orientações que visam auxiliar os leitores em relação aos fatos ocorridos.

Na localização da função política, foram selecionadas frases que indicam ações de mobilização; reivindicações; responsabilidades; críticas que envolvam outros atores sociais, como Ministério Público, empresa e sociedade não atingida diretamente pelo desastre, indicando as questões relacionadas à cidadania e aos direitos.

Na edição de um ano do rompimento da Barragem, foram analisados 15 textos, sendo que seis deles são artigos de opinião e nove são reportagens, os quais possuem diversos temas, mas com uma prevalência maior do tema sobre Direitos, seguido pelo tema Memória. Para exemplificar, uma das frases com a temática dos Direitos é: “O que mais nos revolta é o desleixo de empresas tão grandes como a Vale, Samarco e BHP, quando o

⁴ A análise apresentada é referente apenas aos textos informativos, interpretativos e opinativos. Desta forma, textos poéticos ou crônicas, reportagens fotográficas, fotografias e legendas, bem como aspectos gráficos do jornal, não foram analisados.

⁵ Segundo Lage (2005, p. 75), é no *lide* que aparece “quem/ o que, fez o que, quando, onde, como, por que/ para que”.

tema é segurança”. As memórias aparecem em frases como: “A tarde radiante deu lugar para a agonia e o anoitecer trouxe uma tristeza que persiste até hoje”.

Pode-se entender o predomínio desses temas como um reflexo das necessidades das pessoas naquele momento, pois era uma tragédia recente. Os atingidos estão aprendendo a sobreviver nessa nova configuração de vida e aprendendo a lutar pelos seus direitos. A memória está presente, pois é o que os motiva a buscarem seus direitos, a criticarem o que está acontecendo e não deixarem que as empresas responsáveis pelo crime saiam impunes. Podem-se entender as memórias como um relato humanizado, conforme conceitua Villar (1997), que permite um contato maior com a realidade dessas pessoas.

Na edição de dois anos da tragédia de Mariana foram analisados 16 textos, sendo cinco artigos de opinião e 11 reportagens. Quanto aos temas, houve um aumento significativo de conteúdos relacionados aos Direitos, sendo que de 16 matérias, 10 se referem a isso. Um exemplo dessa temática pode ser visto na frase: “Não podemos perder a energia diante da tentativa das empresas de ‘empurrar com a barriga’ o processo de reparação, além de combater a autonomia das comunidades por meio da farsa do ‘Diálogo Social’ e da Fundação Renova – instrumento nascido de um ato autoritário e que não deve ser reconhecido pelos atingidos”.

Acredita-se que devido à falta de responsabilização por parte da Samarco, há um aumento da aparição da temática dos Direitos, pois, há a compreensão por parte dos atingidos da importância de reivindicar direitos e da busca pelo reconhecimento de suas perdas. O fortalecimento dos atingidos e o entendimento de que o jornal pode ser um instrumento de empoderamento torna as publicações mais voltadas a questões de ordem social e não mais tanto de relatos de sentimentos pessoais, como visto no primeiro ano. O jornal *A Sirene* consegue promover a cidadania e dar visibilidade às representações sociais, mas também busca a transformação social a partir da lógica do jornalismo ambiental.

Na edição de 2018 foram produzidas quatro reportagens, duas se enquadram no tema de Direitos, uma em Memórias e outra em Impactos. Essa brusca diminuição no número de reportagens se dá porque a maioria desses conteúdos se constitui em uma grande reportagem, que trata de variados assuntos, é um compilado das outras edições.

A questão central da tragédia de Mariana e dos atingidos é a busca por justiça, e isso fica bem claro nessa edição, pois relembra a história das pessoas, o que elas perderam, o que já recuperaram e o que ainda precisam lutar para ter. A exemplo disso, há frases como: “Esses três anos foram de muita luta e de muita incerteza” e “Desde o rompimento,

precisamos denunciar o descaso das empresas e, ainda, manter alguma expectativa de que nossas perdas e danos sejam reconhecidos para, enfim, termos nossa vida de volta”.

Foi realizada a análise quantitativa sobre a frequência das funções informativa, pedagógica e política em determinadas temáticas. Na edição de 2016, a temática de Direitos é a mais evidenciada na função pedagógica, mas aparece de forma significativa nas outras funções também. A função política está ligada à temática dos Impactos, e quase igualmente aos Direitos. A temática das Memórias aparece mais na função informativa, e os Direitos também aparecem evidenciados nessa função. Os Direitos são a base da luta pela punição, ressarcimento e reconhecimento das vítimas do desastre, por isso aparecem com maior destaque, em especial na função pedagógica, por ser um apoio e auxílio no entendimento dos problemas enfrentados.

A função política aparece mais amplamente na temática dos Impactos, justamente pela busca de responsabilização das empresas pelo rompimento da barragem, o que não deixa de ser um direito. As Memórias são mais relacionadas à função informativa, pois trazem dados do desastre para contar sua vivência a partir disso. É importante ressaltar que o jornal concede uma abertura grande para que as pessoas da comunidade participem de sua produção, e isso torna as reportagens mais próximas da realidade daquela comunidade, dando privilégio ao relato dos próprios atingidos, e essa participação cidadã é essencial para que o jornal funcione como meio de protesto. É essa visibilidade para as fontes locais que o jornalismo ambiental, regional e comunitário preconiza.

Em 2017, a temática dos Direitos cresceu significativamente na função política, assim como a temática das Memórias. Em contrapartida, as outras temáticas decaíram, bem como a aparição de conteúdos da função pedagógica. É extremamente relevante esse crescimento em direção às temáticas voltadas aos direitos e o aumento da função política, pois isso mostra o fortalecimento dos atingidos, que mesmo quando relatam suas memórias, conseguem ligá-las aos seus direitos. Essa tomada de consciência sobre a importância desses assuntos é corroborada com as conquistas que eles obtiveram, pois sem essa luta por direitos, eles teriam sido fadados ao esquecimento.

Na edição de três anos após o rompimento, a função política se destaca em todas as temáticas que apareceram, especialmente a dos Direitos. Estas frases são muito representativas nesse aspecto: “Preferem gastar quantias volumosas com o jurídico, nos humilhando nas audiências, buscando esconder atrás das leis o crime que cometeram, transformando o atingido em réu”, “Estamos sempre em busca de direitos, para que a

Renova/Samarco reconstrua Bento Rodrigues e nos faça uma reparação justa, para termos de volta uma vida digna, próxima a que tínhamos lá, da melhor maneira possível”. Mesmo com o número pequeno de matérias é possível perceber que o movimento dos atingidos em busca de justiça continua vigorando, e que essa é uma preocupação constante por parte deles. Quando se consegue integrar várias temáticas em uma única função, percebe-se que o pensamento desses escritores atingidos está coerente e voltado aos objetivos.

Na análise dos gêneros jornalísticos em relação às funções do jornalismo ambiental, foi possível perceber que, no primeiro ano de rompimento, a função informativa é bem representativa, tanto nas reportagens como nos artigos de opinião, já a função política aparece consideravelmente nas reportagens. Como o rompimento da barragem ainda é um fato novo, fazendo um ano do ocorrido ainda precisam ser divulgados muitos dados e informações concretas, para deixar a população a par do que está acontecendo, além de ser o primeiro ano de reivindicações e reconhecimento dos atingidos como tal.

Após dois anos do rompimento, o jornal apresenta textos com prevalência grande da função política, principalmente nas reportagens, assim como os artigos de opinião que se tornaram mais engajados com as lutas dos atingidos. Tanto as reportagens como os artigos de opinião, abandonam um pouco as funções pedagógica e informativa. Isso se dá pela necessidade de lutar por seus direitos, que, após 2 anos, ainda são negados. Nesse contexto, percebe-se a importância da comunicação comprometida com sua população e preocupada em dar visibilidade para problemas que, geralmente, são esquecidos pelos veículos de comunicação de massa.

Na edição de três anos de tragédia não há nenhum artigo de opinião, e a função política aparece disparadamente maior em detrimento das outras funções. A luta política, crítica, engajada e voltada à solução de problemas está cada vez mais presente no jornal, e isso é uma concepção que vem sendo solidificada e moldada ao longo do tempo.

Praticamente em todas as reportagens e artigos de opinião as fontes são os atingidos, há uma pequena porcentagem de outros tipos de fontes. De 35 matérias, apenas cinco apresentam outras fontes que não os próprios atingidos. Isso é claramente uma característica preconizada pelo jornalismo ambiental e local, pois é algo que seria pouco recorrente em jornais de grandes centros. Também, fala-se do jornalismo alternativo, que visa dar visibilidade para os grupos sociais minorizados e esquecidos.

Pode-se pensar esse jornal como popular, em busca da concretização da cidadania das pessoas que são excluídas socialmente e que precisam de um lugar para falar. Ao

pensar na proposta da NOMIC⁶, apresentada por Marques de Melo (2008), vê-se claramente que é um jornal que dá espaço para as pessoas consideradas “leigas” no assunto, é uma mídia alternativa, que incentiva a resposta crítica e dá oportunidade para a população participar da gestão midiática. Essa representatividade de fontes locais – atingidos, aqueles que presenciaram e ainda presenciam todos os dias os reflexos do desastre – é significativa, e se contrapõe aos meios de massa, que dificilmente se deslocam até o local do desastre.

O jornal *A Sirene* contribui para a promoção da prevenção de novos desastres. Além disso, alerta outras comunidades sobre o resultado da negligência das grandes empresas e luta por leis e regulamentações melhores, visto que a mineração foi uma das primeiras fontes de capital para o país, e até hoje não existem regulamentações eficientes e que visem atender direitos socioambientais. Esse jornal está dentro da proposta de Bueno (2009), a qual expõe que o jornalista que aborda pautas ambientais precisa estar vivenciando o fato para que possa falar com clareza e buscar soluções possíveis, pois das 35 reportagens analisadas apenas quatro não foram assinadas pelos atingidos, lembrando que todas as reportagens que são subscritas pelos atingidos também são assinadas por algum ou alguns jornalistas. Mesmo essas quatro reportagens não sendo assinadas por atingidos, o foram por pessoas próximas à luta deles e que lutam por eles também.

Isso mostra a representatividade que a comunidade tem e como a sua voz é escutada e ressaltada dentro do jornal. Funciona, destarte, exatamente conforme o propósito da criação do jornal, feito por ela e para ela. Isso é uma prática cidadã, que valoriza a representação social e muda vários padrões estabelecidos pelas grandes mídias. É um jornal alternativo, que não visa lucros e possibilita que uma comunidade apareça e se posicione sobre a situação em que vive depois de um grande crime.

Todas as funções puderam ser identificadas na seleção das frases. Após a compilação dos dados é possível perceber que a função do jornalismo ambiental que mais está presente no jornal *A Sirene* é a função política e está ligada a temas da ordem dos Direitos. Isso afirma o jornal como um meio de comunicação capaz de trazer colocações de forma efetiva e ajudar os atingidos a se entenderem como atingidos. Essas temáticas encontradas corroboram com os achados de Celestino e Silva (2017), que constataram que as temáticas mais presentes são de cunho social e jurídico, privilegiando o relato dos

⁶ Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação.

próprios sobreviventes e buscando sempre o empoderamento e divulgação de informações sobre a situação atual dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal *A Sirene* é criado após o desastre de Mariana (Minas Gerais, 2015) para servir como canal de comunicação dos atingidos, e por intermédio de suas publicações mostra os danos causados pela negligência, ganância e irresponsabilidade socioambiental. Portanto, indica a necessidade de políticas públicas e maior preocupação dos governos para com a regulamentação da atividade minerária, a fim de que haja uma fiscalização mais rigorosa, para que as empresas que trabalham com isso se preocupem com a qualidade de vida da população e busquem reduzir os impactos causados ao meio ambiente.

O rompimento da Barragem de Mariana – MG afetou e afeta a vida dos atingidos e o meio ambiente, pois esse impacto é duradouro e perdurará por muitos anos, sendo que não há como prever quando as águas voltarão a ser de qualidade e se o serão novamente, ou se a terra será fértil e produtiva, por exemplo. Para que essas consequências sejam discutidas, o jornalismo ambiental tem sido um excelente recurso, pois tem condições para argumentar sobre os assuntos socioambientais em busca de soluções.

O objetivo principal do trabalho foi entender como o jornal *A Sirene* apresentou os aspectos informativos, pedagógicos e políticos em suas reportagens. Demonstrou-se que a maioria das matérias se refere à função política e isso corrobora com o sentido pelo qual o jornal foi criado, pois ele busca informar e fortalecer aquela comunidade em direção ao cumprimento dos seus direitos violados pelo crime da Samarco/BHP Billiton. É esse o papel do jornal comunitário: dar visibilidade e oportunidade para que aqueles que geralmente são esquecidos possam falar e se fortalecer para buscar o que é de direito deles, o que lhes foi tirado e que, em muitos casos, nem será possível recuperar, apenas remediar.

O principal diferencial do jornal estudado é que ele possibilita a participação da população, tanto na produção das reportagens quanto como fontes, dando valor à subjetividade e à vivência particular de cada um que está interligado com a comunidade. Aliado a isso, ele é um jornal extremamente preocupado com as questões ambientais, pois estas são indissociáveis das consequências da contaminação e poluição dos rejeitos da mineração, evidenciando questões de saúde e sobrevivência.

Este estudo possibilitou a compreensão de que um jornal local e alternativo pode contribuir significativamente como um canal eficiente da comunicação dos riscos e impactos socioambientais com o quais se está convivendo. Para ampliar o debate sobre as questões ambientais e o papel dos meios de comunicação nesse contexto, tornam-se relevantes novos estudos sobre as fontes testemunhais como produtoras de suas próprias reportagens e como essa prevalência de fontes atingidas pode influenciar nas narrativas e enquadramentos das notícias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Eliane R.; FERNANDES, Francisco R.C. “Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais”. In: GUIMARÃES, P. E.; CEBADA, J. D. P. **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica**. Rio de Janeiro: CETEM/CICP, p. 65-88, 2016. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1909>>. Acesso em: 23 Mai. 2019.

ARAÚJO, Eliane R.; OLIVIERI, Renata. D.; FERNANDES, Francisco. R. C. **Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente**. Disponível em: <<http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/1845>>. Acesso em: 27 Mai. 2019.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 15, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

_____. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/view/2196>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CECHINEL, Andre et al. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>>. Acesso em: 23 Set. 2018.

CELESTINO, Marcelo. S.; SILVA, Fábio. A. R. Uma análise das reportagens no jornal “A Sirene”: um porta-voz dos atingidos pelo desastre da Samarco. **Cadernos CIMEAC**, v. 7, n. 2, p. 187-203, 2017. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/cimeac/article/view/2363>>. Acesso em: 25 Mai. 2019.

DIEGUEZ, Consuelo. A onda: Uma reconstituição da Tragédia de Mariana, o maior desastre ambiental do país. **Revista Piauí**, n. 118, jul. 2016. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana/>>. Acesso em: 06 Jul. 2019.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian Journalism Research**, v. 4, n. 2, p. 121-131, 2008. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167/0>>. Acesso em: 15 Out. 2018.

HERSCOVITZ, Heloisa. G. “Análise de Conteúdo em Jornalismo”. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (Org.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 129-142.

LACAZ, Francisco A.C; PORTO, Marcelo F. S; PINHEIRO, Tarcísio M. M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 42, p. 1-12, 2017. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/23646>>. Acesso em: 15 Nov. 2018.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LIMA, Telma. C.; MIOTO, Regina. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10,

2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004>. Acesso em: 20 set. 2018.

MARQUES DE MELO, José. MacBride, a NOMIC e a participação latinoamericana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. **LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional**, ano 15, 1º semestre/2008, p. 42-59. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12486/9676>>. Acesso em: 25 Mai. 2019.

PERUZZO, Cicilia. M.K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **ECO-Pós**, Brasília, v.12, n.2, p.46-61, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/947>. Acesso em: 17 Ago. 2018.

SARAIVA, Carolina; FERREIRA, Pamella. A Lama da Samarco e o Crime Corporativo: uma reflexão necessária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 2, p. 75-83, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10143/1/ARTIGO_LamaSamarcoCrime.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2018.

VILLAR, Roberto. Jornalismo Ambiental: Evolução e Perspectivas. **Laboratório Ambiental de Jornalismo, Agir Azul**. Campo Grande: UFMT, out. 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 14 Set. 2018.